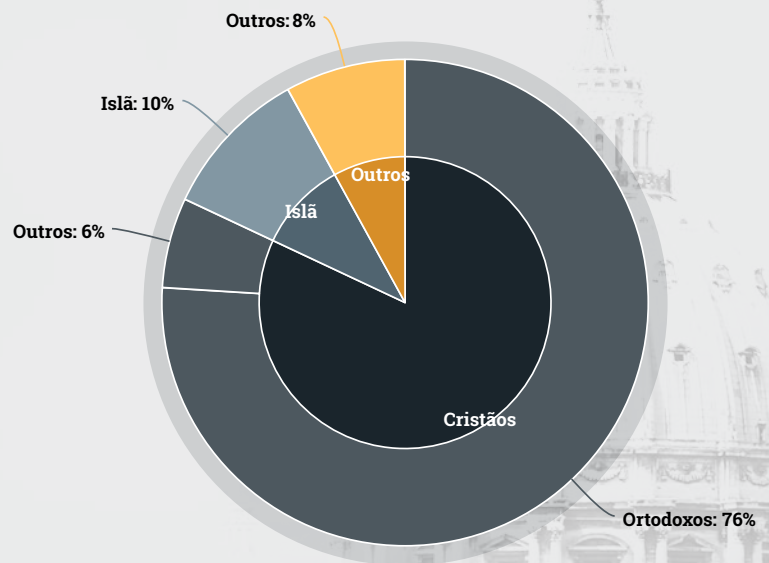


# Bulgária



## DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA

A Bulgária declarou a sua independência do Império Otomano em 1908. O país foi um estado comunista de 1944 a 1989, até que o Partido Socialista búlgaro foi eleito para governar em 1990. A atual Constituição foi estabelecida em 1991.

A Constituição da República da Bulgária (alterada pela última vez em 2007) garante a liberdade religiosa e de crença, afirmando que a prática religiosa não deve ser restrita e que deve ser separada do Estado (artigo 13º).<sup>[1]</sup> A Constituição concede igualmente o direito inviolável à liberdade de consciência, pensamento e escolha da crença religiosa ou atea (artigo 37º). A liberdade de associação e expressão são também garantidas e todos os cidadãos são considerados iguais perante a lei, independentemente da sua crença ou denominação religiosa.

O artigo 13º estipula que “o Cristianismo Ortodoxo Oriental deve ser considerado a religião tradicional na República da Bulgária.” Há também legislação que dá à Igreja Ortodoxa da Bulgária um estatuto privilegiado e que a isenta de se registrar junto do Estado, o que é obrigatório para todos os outros grupos religiosos que queiram o estatuto legal e os correspondentes benefícios.<sup>[2]</sup>

A Lei das Denominações Religiosas *Durzhaven vestnik* n.º 120, de 29 de dezembro de 2002, prevê e regulamenta os direitos da liberdade religiosa ou de crença consagrados na Constituição. Segundo os artigos 5º e 6º, a liberdade de culto e de expressão das crenças religiosas é protegida, embora o culto público seja ilegal para grupos religiosos não registados. O capítulo 7 da lei define as penalizações para os que violam a legislação.

A Igreja Ortodoxa da Bulgária é uma entidade legal, segundo o artigo 10º da lei, e não está sujeita a registro. Qualquer outro grupo religioso deve registrar-se para poder receber benefícios legais, como por exemplo a capacidade de ser dono de propriedades, terrenos, negócios, estabelecer ONG, prestar serviços sociais, educativos ou médicos, ou publicar e distribuir literatura religiosa. Também não há restrições ao proselitismo para as denominações religiosas. Segundo a mais recente informação de 2015, havia 132 grupos religiosos registados na Bulgária, para além da Igreja Ortodoxa.<sup>[3]</sup>

O Conselho de Ministros é mandatado para implementar a lei e a Direção das Denominações Religiosas, que opera sob o Conselho, supervisiona o processo de registro (artigo 34º e 35º). Há também um provedor independente para rever casos trazidos pelos cidadãos que acreditam que os seus direitos podem ter sido violados pelos responsáveis oficiais. Apesar disso, ainda parece haver uma falta de possibilidade de apresentar recurso para membros das religiões minoritárias que acreditem que os seus direitos foram infringidos.

[1] <http://www.parliament.bg/en/const/>

[2] <http://www.state.gov/j/drl/rls/irf/2013/eur/222199.htm>

[3] *Ibidem*

Num caso apresentado ao Tribunal Europeu dos Direitos Humanos (ECHR na sigla inglesa), *Dimitrova v. Bulgária* (2015), foi negado à comunidade religiosa Palavra de Vida Sueca o registro oficial.<sup>[4]</sup> A requerente (que representava a sucursal búlgara da comunidade Palavra de Vida Sueca) viu o seu apartamento ser revistado e foi interrogada por diversas vezes pela polícia. Apresentou queixa no âmbito do artigo 6º, parágrafo 1 (direito a um julgamento justo num prazo de tempo razoável), artigo 8º (discriminação), artigo 9º (liberdade religiosa) e artigo 11º (liberdade de assembleia e associação), afirmando que as ações das autoridades tinham violado os seus direitos. Apresentou igualmente queixa no âmbito do artigo 13º e do artigo 9º, referindo que não tinha nenhum recurso interno eficaz para o problema. O tribunal declarou a duração dos procedimentos de reivindicação inadmissível, mas considerou uma violação do artigo 9º e uma violação conjunta dos artigos 13º e 9º. O tribunal concordou que tinha havido violação dos artigos 8º e 11º, mas não houve necessidade de analisá-los separados.

Outro caso do ECHR, *Genov v. Bulgária* (queixa apresentada em 2008) aborda as questões do registro.<sup>[5]</sup> Aqui, o pedido de registro foi feito pelo presidente do ramo búlgaro da Sociedade Internacional para a Consciência Krishna (um movimento religioso de base hindu), que viu o seu pedido de reconhecimento oficial ser negado com base no fato de o nome da organização ser demasiado semelhante ao de outro grupo. O requerente recorreu da decisão no âmbito dos artigos 9º (liberdade religiosa) e 11º (liberdade de reunião e associação) e o caso ficou pendente até julho de 2016.

Recentemente, duas propostas de lei foram introduzidas no Parlamento da Bulgária para alterar a Lei das Denominações Religiosas. Elas darão à Direção das Denominações Religiosas mais poder para dar opiniões em todos os pedidos de registro e irão requerer maior monitoria das receitas das religiões registradas. As propostas de lei foram submetidas em março de 2016.<sup>[6]</sup>

## INCIDENTES

### Discriminação contra as comunidades muçulmanas

Há casos documentados em que as autoridades búlgaras tomaram medidas que a comunidade muçulmana local considerou como destinadas a destruir as suas mesquitas. Foi relatado que, num caso, o Ministério da Cultura plantou árvores de crescimento rápido em torno de uma mesquita para a obscurecer. Há uma grande preocupação de que as grandes raízes destas árvores causem danos críticos aos alicerces da mesquita. Esta medida foi considerada como uma profanação pela comunidade muçulmana.

[4] <http://www.strasbourgconsortium.org/common/document.view.php?docId=7035>

[5] <http://www.strasbourgconsortium.org/common/document.view.php?docId=6401>

[6] <http://sofiaglobe.com/2016/03/30/proposed-changes-to-laws-on-religions-in-bulgaria-spark-ire/>

Há relatos de municípios, como o município de Sófia, que usam autorizações para bloquear a construção de uma segunda mesquita, que aliviaria a superlotação da única mesquita do município.<sup>[7]</sup>

Há também uma preocupação cada vez maior com incidentes de ódio contra muçulmanos e locais sagrados, incluindo a vandalização frequente de locais de culto. Valeri Simeonov, co-presidente de uma coligação parlamentar, usou palavras de calão insultuosas para se referir aos muçulmanos e à sua religião durante um discurso em 25 de março de 2015.

Foram também provados ataques de fogo intencional a mesquitas, profanação de edifícios com miudezas de carne de porco, profanação com uso de símbolos racistas, suásticas e expressões islamofóbicas. Em 2015 foi pendurada uma cabeça de porco num minarete no primeiro dia do Ramadã.<sup>[8]</sup>

O ECHR está atualmente analisando o caso do Conselho Muçulmano de Startsevo v. Bulgária (pedido apresentado em 2013), em que a organização requerente se queixou, no âmbito do artigo 9º, que a liberdade de manifestar a sua religião foi violada pelas autoridades municipais, que a impediram continuamente de observar rituais religiosos muçulmanos quando enterrava os seus mortos num cemitério de que a organização era proprietária há mais de 100 anos.<sup>[9]</sup> O caso está pendente desde julho de 2016.

### Cristãos

Ao contrário das igrejas reconhecidas oficialmente, o Cristianismo sofreu enormemente durante o período do Comunismo. Os católicos e outros cristãos estão lentamente regressando, à medida que recuperam alguns dos edifícios de que eram proprietários, e, com a ajuda da comunidade internacional, estão reparando-os para colocá-los a serviço.<sup>[10]</sup> Ainda há muito a ser feito em relação à recuperação dos edifícios. Os Franciscanos nunca foram embora e continuam disponibilizando serviços de educação e caridade em zonas remotas.<sup>[11]</sup>

### Outros grupos minoritários

As Testemunhas de Jeová relataram inúmeros incidentes em 2015, incluindo a negação de autorizações de zoneamento e a proibição de uso de um salão de conferências ou de uma casa de oração num local de culto. Além disso, há relatos de agentes da polícia que não intervêm nem dão proteção a Testemunhas de Jeová em casos de perseguição.<sup>[12]</sup>

[7] <http://www.osce.org/odihr/187591?download=true>

[8] <http://www.osce.org/odihr/187216?download=true>

[9] <http://www.strasbourgconsortium.org/common/document.view.php?docId=7160>

[10] <http://www.miseast.org/en/mission-east-organisation/new-centre-bulgaria-opened-after-years-work>

[11] [http://www.churchinneed.org/site/News2?page=NewsArticle&id=8929&news\\_iv\\_ctrl=1002](http://www.churchinneed.org/site/News2?page=NewsArticle&id=8929&news_iv_ctrl=1002)

[12] <http://www.osce.org/odihr/187421?download=true>

# PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

---

Há planos para alterar a Lei das Denominações Religiosas para torna-la mais rigorosa com os grupos religiosos registrados e também com novos grupos que desejem registrar-se. Isto poderá ser especialmente preocupante, porque o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos já considerou que o Governo violou os direitos dos grupos religiosos minoritários ao negar-lhes o registro.

A atitude social geral para com as minorias também é preocupante, considerando o atual aumento da xenofobia. E o aumento da hostilidade social para com as comunidades locais e governos deve ser abordado.

Há, no entanto, sinais de esperança, pois há cooperação aberta e apoio entre cristãos e muçulmanos em algumas aldeias.<sup>[13]</sup>

---

[13] <http://christiantimes.com/article/muslims-help-christians-rebuild-church-in-bulgaria/54535.htm>